

# “Jamais teria pago os juros”, diz Bresser

por José Fucs  
de São Paulo

O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira criticou ontem, em São Paulo, o pagamento feito pelo Brasil aos bancos credores no último dia 2, no valor de US\$ 350 milhões, correspondentes a parte (37%) dos juros vencidos da dívida relativos a janeiro, antes da conclusão de um acordo definitivo entre as partes, englobando juros e amortizações da dívida em 1987, 88 e 89.

“Eu jamais teria pago, porque o não pagamento era fundamental como elemento de pressão junto aos banqueiros para eles aceitarem o acordo de longo prazo”, disse Bresser. Um acordo de longo prazo, na opinião de Bresser, deveria prever o financiamento de 60% dos juros. O ex-ministro afirmou que, caso um acordo nesses termos não tivesse sido firmado (como de fato não foi) até o dia 29 de janeiro e ele tivesse continuado no governo, teria partido para a negociação banco a banco.

Bresser fez estas declarações durante debate promovido pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo para discutir a dívida externa brasileira, a reaproximação do País com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as perspectivas de inflação nos próximos meses. O debate foi promovido para marcar o lançamento da Carta de Conjuntura, publi-

cação editada periodicamente pelo Conselho. Do debate sobre a dívida e o FMI participou também o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso.

O ex-ministro do Planejamento concorda com Bresser Pereira quanto à necessidade de vinculação dos desembolsos feitos pelo País para pagamento dos juros da dívida ao crescimento das exportações brasileiras. “Em 1919, logo após a I Guerra Mundial, o economista John Maynard Keynes disse que forçar um acordo com a Alemanha, na época, acima de sua capacidade de pagamento, era impor a paz cartaginesa, que não funciona com nações soberanas”, explicou Reis Velloso. “Na negociação da dívida é a mesma coisa”, acrescentou.

No que se refere aos efeitos da moratória, no entanto, os dois ex-ministros mostraram suas divergências: Bresser Pereira, fiel à escola de economistas do PMDB, defendeu a moratória e disse que ela deixou para o País um saldo líquido de aproximadamente US\$ 3 bilhões.

Segundo Bresser, o Brasil deixou de pagar a partir da decretação da moratória, em fevereiro do ano passado, cerca de US\$ 4,3 bilhões de juros e amortizações aos credores. Deste total, disse, US\$ 500 milhões foram pagos aos credores como parte do acordo pro-

visório firmado no final de 1987.

Para chegar aos US\$ 3 milhões que contabilizou, Bresser deduziu mais US\$ 800 milhões que teriam deixado de ser recebidos pelo Brasil do Banco Mundial. O ex-ministro afirmou que,

por isso, as reservas brasileiras, hoje situadas em aproximadamente US\$ 4,4 bilhões, seriam de apenas US\$ 1,4 bilhão caso a moratória não tivesse sido declarada.

Reis Velloso acredita que a moratória não apenas fez

com que o País acumulasse um superávit comercial de quase US\$ 12 bilhões sem ter aumentado significativamente as suas reservas, como transformou o Brasil em “marginal do sistema financeiro internacional”. Para o ex-ministro, até

mesmo as possíveis retaliações contra produtos brasileiros nos EUA, em razão da reserva de mercado na área de informática, estariam, na verdade, vinculadas à suspensão dos pagamentos dos juros da dívida.